



José Cabret de Magalhães  
Ambassadeur de Portugal près le Saint-Siège

Fundação Cuidar o Futuro

*Com os meus respeitos  
aos cumprimentos*





## A dois Grupos internacionais de Cientistas

## O Matrimónio é memorial, actualização e profecia da história da aliança entre Deus e o seu povo

Na manhã do dia 3 do corrente, o Santo Padre recebeu em audiência os delegados do Centro de Ligação das Equipas de Investigações e os membros do Conselho Administrativo da Federação Internacional da Acção Familiar. Uns investigam e outros promovem a aplicação dos métodos naturais da planificação familiar.

O Sumo Pontífice, depois de saudado pelo Director do Centro e pela Presidente da Federação, pronunciou o seguinte discurso:

## Queridos Amigos

1. Tenho especial gosto de me encontrar aqui com os membros do Centro de Ligação das Equipas de Investigações (CLER). No apostolado com os casais — em que tanto insistiu o decreto conciliar *Apostolicam Actuositatem* (n. 11) — vós desempenhastes as funções de pioneiros, muito antes do Concílio Vaticano II. E actualmente as vossas equipas — em que médicos, psicólogos, conselheiros conjugais e educadores põem em comum as suas competências e as suas convicções de cristãos — têm papel muito apreciável, não só para estudar as questões que se relacionam com a regulação dos nascimentos e a fecundidade dos casais, mas também para estudar concretamente os lares quanto a todos os problemas da sua vida conjugal e familiar, e para contribuir no melhor sentido para a educação sexual dos jovens. Vós tivestes confiança na Igreja e no seu Magistério, certos que trabalhando assim não andáveis enganados. A vossa peregrinação oferece a oportunidade de agradecer ao Senhor, de reflectir sobre a obra realizada a fim de ela prosseguir com cada vez maior ânimo e fidelidade, e de estreitar os vossos laços de união com a Igreja que desejais servir, neste momento em que se prepara o Sinodo dos Bispos sobre o papel da família cristã. Manifesto-vos, juntamente com o agradecimento da Igreja, as minhas felicitações e o meu vivo incitamento.

2. Permiti-me que saúde, ao mesmo tempo que a vós, os membros do Conselho Administrativo da Federação Internacional da Acção Familiar (FIDAP ou IFFLP) que vai ter reunião em Roma, com os membros e os conselheiros da nossa Comissão para a Família; essa federação realiza, mesmo junto das grandes Organizações internacionais, um trabalho semelhante, de que o CLER continua a ser parte responsabilizada: o de busca e promoção dos métodos naturais da planificação familiar e da educação para a vida familiar. Alegro-me com a seriedade e a extensão da vossa actividade, e da sua convergência com a acção pastoral da Igreja católica nestes campos.

Dirigindo-se a todos vós, não é necessário que o Papa se alargue nestas considerações que são já objecto de firme convicção pela vossa parte. Já eu muitas vezes tive aliás ocasião de falar dos problemas familiares nestes últimos tempos, por exemplo, aos leigos reunidos em Limerick na Irlanda, aos Bispos americanos e às famílias reunidas para a missa no Capitol Mall de Washington. Insistirei contudo nalguns aspectos importantes.

3. Primeiro, para cristãos é fundamental elevar o debate considerando imediatamente o aspecto teológico da família, meditando por conseguinte na realidade sacramental do matrimónio. A sacramentalidade só pode ser compreendida à luz da história da salvação. Ora esta história da salvação qualifica-se como *história de aliança* e de comunhão entre Iavé e Israel primeiramente, depois entre Jesus Cristo e a Igreja, no período actual da Igreja, esperando a aliança escatológica. Do mesmo modo, precisa o Concílio, "o Salvador dos homens, Esposo da Igreja, vem ao encontro dos esposos cristãos pelo sacramento do matrimónio" (1). O matrimónio constitui pois, ao mesmo tempo, memorial, actualização e profecia da história da aliança. "Este mistério é grande", diz São Paulo. Casando-se, os noivos cristãos não começam apenas a sua aventura, mesmo entendida no sentido de santifica-

ção e de missão; começam uma aventura que os insere de maneira responsável na grande aventura da história universal da salvação. Sendo memorial, o sacramento dá-lhes a graça e o dever de fazerem memória das grandes obras de Deus e darem testemunho delas junto dos próprios filhos; sendo actualização, dá-lhes a graça e o dever de executarem no presente, um para com o outro e para com os filhos, as exigências dum amor que perdura e resgata; sendo profecia, dá-lhes a graça e o dever de viverem e testemunharem a esperança do futuro encontro com Cristo.

4. Sem dúvida, todos os sacramentos comportam participação no amor nupcial de Cristo para com a sua Igreja. Mas, no matrimónio, a modalidade e o conteúdo desta participação são específicos. Os esposos participam ambos nisso como casal, a ponto de o efeito primário e imediato do matrimónio ("res et sacramentum") não ser a graça sobrenatural, mas o laço conjugal cristão, comunhão entre dois tipicamente cristã por representar o mistério da encarnação de Cristo e o seu mistério de aliança. E o conteúdo da participação na vida de Cristo é também específico: o amor conjugal inclui totalidade, em que entram todos os elementos da pessoa — apelo do corpo e do instinto, força do sentimento e da afectividade, aspiração do espírito e da vontade —; tende para uma unidade profundamente pessoal, aquela que, para além da união numa só carne, leva a não constituir mais que um coração e uma alma; exige a indissolubilidade e a fidelidade na doação recíproca definitiva; e abre-se para a fecundidade (2). Numa palavra, trata-se certamente da característicis normais de todo o amor conjugal natural, mas com significação nova que não somente os purifica e consolida, mas os eleva a ponto de fazer deles a expressão de valores propriamente cristãos. Eis a perspectiva a que devem erguer-se os esposos cristãos: nisso está a sua grandeza, nisso a sua força, nisso a sua exigência e nisso também a sua alegria.

5. É também nesta perspectiva que se deve encarar a *paternidade responsável* deles. Neste plano, os esposos, os pais, podem encontrar certo número de problemas que não consigam resolver-se sem um amor profundo, amor que encerre também um esforço de continência. Estas duas virtudes, amor e continência, exigem uma decisão comum dos esposos e a vontade de se submeterem eles próprios à doutrina da fé, ao ensinamento da Igreja. Sobre este vasto assunto, contentar-me-ei com três observações.

6. Primeiro, é preciso não falsificar a *doutrina da Igreja*, tal como foi claramente exposta pelo Magistério e pelo Concílio e pelos meus predecessores; penso explicitamente na Encíclica *Humanae vitae* de Paulo VI, no seu discurso às Equipas de Nossa Senhora de 4 de Maio

de 1970, e nas suas outras numerosas intervenções. É para este ideal das relações conjugais, mantidas dentro dos limites e do respeito da natureza e das finalidades do acto matrimonial, que é preciso conservar continuamente a orientação, sem a desviar para uma concessão mais ou menos larga, mais ou menos explícita, em favor do princípio e da prática dos costumes contraceptivos. Deus chama os esposos à santidade do matrimónio, para bem próprio deles e para ser o que deve o testemunho dos mesmos.

7. Mantendo-se firme este ponto, por obediência à Igreja — e é honra vossa manterde-la custe o que custar —, não é menos importante ajudar os casais cristãos e os outros a fortalecerem as suas próprias *convicções*, procurando com eles as razões profundamente humanas de assim se proceder. Bom é que eles entrevejam como esta ética natural corresponde à antropologia bem compreendida, de maneira que se fuja às armadilhas duma opinião pública ou duma lei que sejam permissivas, e mesmo para contribuir, em toda a medida do possível, para rectificar esta opinião pública. Muitos elementos de reflexão podem contribuir para que se forjem sãs convicções que venham ajudar a obediência do cristão ou a atitude do homem de boa vontade. E sei que isto é também parte importante da vossa tarefa educativa. Por exemplo, numa época em que tantas correntes ecológicas pedem respeito pela natureza, que pensar duma invasão de procedimentos e de substâncias artificiais neste campo eminentemente pessoal? Substituir por técnicas o domínio próprio, a renúncia a si mesmo em favor de outrem e o esforço comum dos esposos, não assinala porventura uma regressão daquilo que forma a nobreza do homem? Então não se vê que a natureza do homem está subordinada à moral? Mediu-se acaso todo o alcance da recusa, constantemente acentuada, do filho sobre a psicologia dos pais — sendo que eles trazem em si o desejo do filho, inscrito na natureza deles — e dessa recusa sobre o futuro da sociedade? E que pensar duma educação sexual dos jovens que não os precavesse contra a busca dum prazer imediato e egoísta, dissociado das responsabilidades do amor conjugal e da procriação? Sim, é necessário preparar de muitos modos para o amor verdadeiro, a fim de evitar que se degrade, neste ponto capital, a partir de conceitos instáveis ou falseados, o tecido moral e espiritual da comunidade humana.

8. O respeito da vida humana já concebida faz evidentemente parte, a especial título, das convicções que é necessário iluminar e fortalecer. É ponto em que a responsabilidade do homem e da mulher deve levá-los a acolher e proteger o ser humano de que eles foram os procriadores e que não têm nunca o direito de eliminar: é campo em que o ambiente, a sociedade, os médicos, os conselheiros conjugais e os legisladores têm o dever de permitir que tal responsabilidade se exerça, sem-

pre no sentido do respeito da vida humana, apesar das dificuldades e sendo oferecida uma ajuda mútua nos casos de miséria. É ponto sobre o qual a Igreja se pronunciou de maneira unânime em todos os países, de modo que não há porque insistir agora. A legislação do aborto levará fatalmente muitos a deixarem de sentir este respeito e esta responsabilidade para com a vida humana, banalizando um pecado grave. E deve mesmo acrescentar-se que a generalização da prática contraceptiva por métodos artificiais leva também ao aborto, porque uma e outra situação, embora a níveis diferentes, na mesma linha do medo do filho, da rejeição da vida, da falta de respeito pelo acto e pelo fruto da união, tal como ela é querida — entre o homem e a mulher — pelo Criador da natureza. Aqueles que estudam a fundo estes problemas bem o sabem, ao contrário do que certos raciocínios ou certas correntes de opinião poderiam levar a crer. Honra vos seja por aquilo que fazeis e vireis a fazer para formar as consciências sobre este ponto do respeito da vida.

9. Por fim, é preciso pôr em prática tudo o que é capaz de *ajudar concretamente* os casais a que vivam esta paternidade responsável, e nisso o que está na vossa mão é insubstituível. As *investigações científicas*, que vós continuais e pondeis em comum para adquirir conhecimento mais preciso do ciclo feminino e permitir utilização mais serena dos métodos naturais de regulação dos nascimentos, merecem ser melhor conhecidas, animadas e propostas efectivamente para serem aplicadas. Gosto de saber que um número cada vez maior de pessoas e organismos, no plano internacional, apreciam esses esforços de regulação natural. A esses homens de ciência, a esses médicos e a esses especialistas endereço todos os meus votos e as minhas palavras de ânimo, porque daí depende o bem das famílias e das sociedades, no cuidado legítimo que têm de harmonizar a fecundidade humana com as suas possibilidades, e contanto que apelem sempre para as virtudes do amor e da continência, daí depende o progresso do domínio humano conforme o desígnio do Criador.

Animo do mesmo modo todos os leigos qualificados, todos os pares que, na qualidade de *conselheiros*, professores e educadores, prestam o seu concurso para ajudar os casais a viver o seu amor conjugal e a sua responsabilidade parental de maneira digna, ajudando ao mesmo tempo os jovens a prepararem-se para isso mesmo.

A cada um de vós, aos vossos colaboradores, às vossas famílias e aos vossos queridos filhos, prometo a minha oração pelo vosso magnífico apostolado e concedo a minha paternal Bênção Apostólica.

1) Constituição Apostólica *Gaudium et Spes*, 48, parágrafo 2.

2) Cfr. Encíclica *Humanae vitae*, 9.







# O problema mais grave e mais urgente é a luta contra a fome

• Continuação da primeira página

tor que a rápida e profunda mudança sócio-cultural do nosso tempo atinge de maneira particularmente dolorosa, descobrindo as injustiças herdadas do passado, agitando homens, famílias e sociedades, acumulando as frustrações e impondo migrações muitas vezes em massa e caóticas.

Segundo o preâmbulo do vosso acto constitutivo, a finalidade, que é libertar a família humana da fome, comporta o compromisso de os Estados membros levantarem o nível de alimentação e melhorarem a situação das populações rurais aumentando o rendimento das culturas e garantindo a eficácia da redistribuição.

3. Mas desejar fazer também notar que, segundo o mesmo preâmbulo, a FAO tende assim a "contribuir, pela sua acção característica e colectiva, para a expansão da economia mundial e para o bem-estar geral".

Está portanto em perfeita harmonia com as Nações Unidas, no plano de conjunto e nas linhas fundamentais da política de desenvolvimento e de cooperação internacional, segundo as quais se realiza o serviço do homem, sobre a base dos grandes princípios que recordei longamente a 2 de Outubro último, diante da Organização das Nações Unidas.

Aqui também agora, encontramos "em nome do homem tomado na sua integridade, na plenitude e na riqueza multiforme da sua existência espiritual e material" (1).

4. É com particular satisfação que venho estabelecer este contacto directo com a FAO. Aceitei o convite para falar diante da 20ª Conferência geral, neste ano que assinala o 30º aniversário da decisão, tomada a 28 de Novembro de 1949, de transferir a FAO da sua sede provisória de Washington para esta definitiva de Roma, decisão que teve efeito em 1951.

Assim se realizava o que foi considerado como "regresso às origens romanas" da vossa Organização. Esta foi, com efeito, dalgum modo precedida pelo Instituto internacional da agricultura, fundado em 1905 sob a inspiração de David Lubin, e em seguida absorvido pela FAO. Desde essa época, Roma tornou-se um dos centros da agricultura mundial, e encontra hoje nova importância neste campo, em especial a seguir às decisões da Conferência mundial das Nações Unidas sobre a alimentação, tomadas no mês de Novembro de 1974.

5. Há em seguida uma tradição de relações diplomáticas especiais entre a Santa Sé e a FAO. Esta é a primeira Organização intergovernamental com que a Santa Sé estabeleceu relações regulares, inauguradas graças à acção preventiva daquela que era então Monsenhor Montini, Substituto da Secretaria de Estado. Com efeito, o voto unânime da quarta sessão da Conferência da FAO concedeu à Santa Sé, a 23 de Novembro de 1968, este "estatuto de Observador permanente, único no seu género, que lhe garante o direito, não só de participar nas Conferências da Organização, mas também nos outros campos da sua actividade e de neles tomar a palavra pedindo-a, embora sem ter direito de voto". Tal situação corresponde perfeitamente à natureza da missão religiosa e moral da Igreja.

Assim começou a colaborar a Santa Sé com a vossa Organização, actividade de que Monsenhor Montini se comprazia então em realçar satisfeito os princípios morais e humanitários elevados, que a inspiravam (2).

Todos os trabalhos e todos os programas da FAO mostram, de facto, com evidência que toda a actividade técnica e económica, como cada opção política, implicam, em última análise, um problema de moral e de justiça.

A visita feita à vossa sede pelo Papa Paulo VI a 16 de Novembro de 1970, por ocasião do 25º aniversário da instituição da FAO, foi testemunho brilhante prestado ao progresso crescente dessas relações de confiança.

6. A estes considerandos vêm juntar-se outro motivo: é com prazer que vejo na FAO um esforço para se chegar a realizar concretamente, no campo da alimentação e da agricultura, um aspecto do programa de desenvolvimento mundial, económico e social. Tal programa contribui certamente para se promover a paz, ajudando a vencer tensões

profundas e dando efectivamente satisfação às reivindicações primeiras dos povos, reivindicações ligadas aos direitos inalienáveis do homem.

Deste ponto de vista, a vossa Organização especializada refere-se mais directamente aos direitos económicos e sociais reconhecidos na Declaração universal dos direitos do homem, que em seguida foram formulados de maneira mais precisa e obrigatória no Pacto internacional sobre os direitos económicos, sociais e culturais.

Mas o aperfeiçoamento da pessoa supõe, como já Pio XII o dizia na radiomensagem do Natal do ano de 1942, a realização concreta das condições sociais que formam o bem comum de cada comunidade política nacional, como do conjunto da comunidade internacional. Tal desenvolvimento colectivo, orgânico e contínuo, é o pressuposto indispensável para assegurar o exercício concreto dos direitos do homem, tanto dos que têm conteúdo económico como dos que dizem directamente respeito aos valores espirituais. Tal desenvolvimento requer todavia, para constituir a expressão duma verdadeira unidade humana, ser obtido apelando para a participação livre e para a responsabilidade de todos, no campo público como no campo privado, no nível interior como no nível internacional.

Deste ponto de vista, aparece a FAO como expressão concreta da vontade de passar do plano das declarações de princípio para o da acção e das realizações efectivas, apelando para a participação livre e activa de todos os Estados membros. Devem-se fazer votos por que a vontade política de cada um dos Estados assegure à FAO, para bem da acção comum, um concurso que não consista somente em manter princípios e operações de desenvolvimento interior que tenha pedido cada governo, sem se contentar também com harmonizar interesses nacionalistas fechados sobre si mesmos. A acção comum, que se realiza dentro da FAO, requer uma disponibilidade cada vez maior para assumir compromissos verdadeiramente contínuos, graças aos quais cada um participe na acção decidida de comum acordo.

## II

7. No decorrer da sua história, a FAO adquiriu estrutura cada vez mais vasta e mais adaptada, segundo mostram os seus diversos programas actuais e os documentos apresentados agora à vossa Conferência. Vós ides ter, na verdade, não só de fazer o balanço das acções levadas a termo nos últimos dois anos, mas também de fixar os objectivos que não-de atingir-se nos anos próximos e de fazer as escolhas políticas que são necessárias para isso. O ano 2000 está de facto no horizonte das vossas perspectivas, com os problemas específicos que se apresentam à agricultura, para ela conseguir enfrentar as necessidades previsíveis: aumento acelerado da produção, necessidade da regulamentação das permutas e assistência exterior aos países que dela precisam para assegurarem a distribuição económica. Trata-se pois de tomar os meios para assegurar a todos este futuro melhor, em que os direitos fundamentais de cada um sejam respeitados. Neste sentido, a vossa Conferência geral de agora pode oferecer contributo importante, no que se refere ao campo da vossa Organização, à definição dos objectivos urgentes e dos critérios renovados, que deveriam permitir executar a nova estratégia internacional para o desenvolvimento durante o terceiro decénio das Nações Unidas, que se abre com o ano 80 e imediatamente seguintes.

## III

8. Mas o mundo não se contentará com especulações teóricas. A luta contra a fome apresenta, de dia para dia, aspecto cada vez mais nítido e exige realizações concretas por parte dos Estados-membros e da Organização no conjunto. Esta luta também não se contentará, aliás, com apelos aos sentimentos, com lufadas esporádicas e ineficazes de indignação: constitui honra, e vontade digna de louvor, da vossa Organização procurar com perseverança definir os meios melhores e os métodos aptos, para as condições concretas de cada país, e prevenir-lhes com prudência as aplicações.

Terminou, de facto, o tempo das ilusões, quando se julgava resolver



automaticamente os problemas do subdesenvolvimento e das diferenças de crescimento entre os diversos países, exportando os modelos industriais e as ideologias dos países desenvolvidos.

Terminou o tempo em que se procurava garantir o direito de todos à alimentação, com programas de auxílio realizados por meio da dádiva de excedentes ou com programas de socorro de urgência em casos excepcionais.

A vossa Organização orienta-se para uma política em que o esforço de cada país, no sentido do seu próprio desenvolvimento, toma o primeiro lugar. Isto inclui, certamente, uma exigência: para que receba cada um dos que precisam, sem lesão da sua dignidade, o auxílio internacional e os investimentos convenientes, mas conservando a verificação dos elementos necessários para dar à agricultura o seu dinamismo próprio no desenvolvimento do país, é preciso cada vez mais ultrapassar as relações puramente bilaterais chegando a um sistema multilateral.

Outro reajustamento dos critérios e dos modelos de desenvolvimento — que a circunstância da crise económica actual torna ainda mais necessário para os países pobres, como aliás para os mais desenvolvidos — é o que tem em vista satisfazer as necessidades humanas reais, as que são verdadeiramente fundamentais. São estas necessidades que devem dinamizar e orientar a economia, e não as necessidades artificiais, em parte provocadas e sempre aumentadas pela publicidade, pelo jogo do mercado e pelas posições de força, adquiridas nos campos económico, financeiro e político. Importa prevenir e combater as perigosas consequências, sobre o homem, de certas soluções técnicas e económicas, favorecer activamente a participação livre e responsável do mesmo nas opções e nas realizações tentadas para o crescimento orgânico e programado das condições gerais da sua própria comunidade.

A experiência contemporânea levamos a reconhecer que o crescimento ordenado e contínuo de cada país, como a garantia efectiva do exercício dos direitos humanos fundamentais dos indivíduos e dos povos, reclamam necessariamente o desenvolvimento global e orgânico mundial. E faço notar com interesse que, neste campo, os diversos programas de cooperação técnica e assistência lançados pela vossa Organização e a promoção dum acordo internacional para assegurar as reservas cereíferas indispensáveis, contribuem pouco a pouco para uma transformação da economia mundial.

10. Todavia, entre todos os problemas que solicitam a vossa atenção e a do mundo, o mais grave e mais urgente é o da fome. Milhões de pessoas estão ameaçadas na sua mesma existência; muitas morrem cada dia, porque não têm o mínimo de

alimentação necessária. E, por desgraça, é bem preciso reconhecer como a experiência actual o mostra ainda cruelmente, que a fome no mundo não provém sempre e unicamente de circunstâncias geográficas, climáticas ou agrícolas desfavoráveis — aquelas que vós procurais remediar pouco a pouco; provém ainda do homem mesmo, das deficiências da organização social, que impedem a iniciativa pessoal; isto é, provém do terror e da opressão de sistemas ideológicos e práticos, desumanos.

A busca do desenvolvimento mundial orgânico, por todos desejado, pede, por conseguinte, que o conhecimento objectivo das situações humanas de miséria tome o seu lugar na formação dos indivíduos e dos grupos, no sentido da liberdade autêntica e no da responsabilidade pessoal e colectiva.

11. As perspectivas da formação humana total ultrapassam certamente as que são próprias da vossa Organização. Sei contudo que vós não sois indiferentes a tal coisa. Vós favorecei-las, pela vossa parte, esforçando-vos por diversificar os vossos modelos técnicos de assistência e desenvolvimento, e por modelá-los em função das condições particulares não só físicas mas sócio-culturais de cada país, tendo assim em conta valores propriamente humanos, e portanto também espirituais, dos povos.

Entre estes, as concepções religiosas têm o seu lugar. Expressam uma visão do homem, das suas verdadeiras necessidades, do sentido último das suas actividades: *o homem não vive só de pão* (3), ensina-nos o Evangelho. Reconhecemos por isso que o desenvolvimento técnico, por mais necessário que seja, não é tudo no homem, e deve integrar-se numa síntese mais vasta, plenamente humana. É assim que as realidades propriamente espirituais se impõem à vossa atenção. É neste campo também que a Igreja que sempre animou os vossos esforços e participa eficazmente, por seu lado, no desenvolvimento harmonioso do homem, quer encontrar-se com os vossos esforços e colaborar convosco para o bem da humanidade.

12. O trabalho, que é preciso realizar, é imenso, e ninguém deve desanimar quando a finalidade em vista parece às vezes afastar-se, à medida mesma dos esforços tentados para a atingir. Neste momento da história mundial, alegro-me de ver a FAO orientar toda a sua actividade, no seu domínio, que é essencial para promover a cooperação internacional, para o desenvolvimento. E nós esperamos todos que este desenvolvimento passará do nível técnico e económico para o progresso pessoal e social do homem.

Isto não se pode fazer se o homem, a sua dignidade e os seus direitos, não são, desde a partida, o critério activo inspirador e orientador de todos os esforços. Para vencer as inércias e os desânimos e para criar







## Visitas «ad limina Apostolorum»

### Dos Bispos da Colômbia

# A Igreja seja fiel ao dever de evangelização

No dia 29 de Outubro passado, o Santo Padre recebeu um grupo de Bispos da Colômbia em visita "ad limina Apostolorum". Após a saudação de homenagem que lhe foi dirigida pelo Arcebispo de Medellín, João Paulo II pronunciou o seguinte discurso:

#### Veneráveis Irmãos no Episcopado

Recebo-vos com profunda alegria, neste encontro colectivo, que me leva a alargar o meu olhar cheio de afecto, até à querida Igreja da Colômbia que vós aqui representais, a qual se fez e faz peregrina espiritual para ver o Sucessor de Pedro, juntamente convosco e com os outros Irmãos Bispos que vos precederam.

Nestes momentos de comunhão, reunidos no nome do Senhor, sentimos também a presença dos vossos sacerdotes, religiosos, religiosas, seminaristas, membros dos movimentos de apostolado e todo o povo fiel, a cujo serviço abnegado e gozoso nos impele o mandato amoroso do divino Mestre.

Com efeito, o amor ao homem, imagem de Deus, é concretização da nossa fé no Senhor, dom que nos une na Igreja, Sacramento Universal de Salvação.

A visão da fé no serviço do homem, de todos os homens, especialmente dos mais necessitados, exige que o exercício da missão absolutamente primordial da evangelização, e juntamente com ela da catequese, "não ceda nada frente a qualquer outra preocupação" (1). A evangelização e a catequese, adequadamente concebidas, constituem o eixo da vossa solicitude pastoral. Como oportunamente o exprime o documento de Puebla, "o serviço aos pobres é a medida privilegiada, ainda que não exclusiva, do nosso seguimento de Cristo. O melhor serviço ao irmão é evangelizá-lo, o que o dispõe a realizar-se como filho de Deus, o liberta das injustiças e o promove integralmente" (2).

A evangelização tem lugar insubstituível na família, pela qual deveis continuar trabalhando com vigor e esperança. Nos lares descobre-se a face de Deus por meio da oração, aquilatam-se os valores do verdadeiro humanismo e cresce a Igreja. Nos alvares deste ano observei: "A família estão ligados os mais profundos problemas humanos... A Igreja quer lembrar que à família estão ligados os valores fundamentais, que não se podem violar sem incalculáveis prejuízos de natureza moral... É necessário defender estes valores fundamentais com tenacidade e com firmeza, porque a violação deles acarreta incalculáveis prejuízos para a sociedade e, em última análise, para o homem... O primeiro desses valores é o da pessoa que se exprime na fidelidade absoluta e recíproca até à morte... A consequência desta afirmação do valor da pessoa, que se exprime na recíproca relação entre marido e esposa, deve ser também o respeito pelo valor pessoal da nova vida, isto é, da criança, desde o primeiro momento da sua concepção. A Igreja não poderá nunca dispensar-se da obrigação de tutelar estes dois valores fundamentais, ligados à vocação da família" (3).

Igualmente conheceis a esperança que deposita a Igreja e que tem o Papa na juventude. Repeti aos vossos jovens aquilo que eu disse na Irlanda: "Creio nos jovens com todo o meu coração e com plena convicção". Assegurai com todos os meios a mais esmerada catequese à meninice e à juventude: catequese integral, fiel ao conteúdo total do evangelho, com linguagem adaptada que não desvirtue o conteúdo do Credo, que não perturbe os espíritos mas forme cristãos firmes no essencial e humildemente felizes na sua fé. Estes são alguns dos pontos a que me referi amplamente na recente Exortação Apostólica sobre a catequese e que ofereço como critério aos que estão comprometidos nesta nobilíssima tarefa que a Igreja lhes recomenda.

Continuai, pois, animando todos os

esforços são que se realizam no campo da catequese. Sabeis bem como, infelizmente, não faltaram "experiências e publicações equivocadas e nocivas para os jovens e para a vida da Igreja" (4). É lamentável verificar que se divulgam de quando em quando, subtraindo-se à vigilância dos Pastores. O Espírito incita-nos a comunicarmos as certezas da nossa fé. Oxalá que também as editoriais e livrarias católicas, fiéis à missão e às exigências que tal denominação comporta, colaborem, na importante medida em que o possam fazer, nesta tarefa.

Responsáveis como sois pelas comunidades que o Senhor vos confia, ajudados por todos os vossos activos colaboradores, em primeiro lugar pelos sacerdotes, conduzi a juventude a Cristo, o único capaz de dar plena resposta às suas aspirações. Como notaram os Bispos na Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, "seja a pastoral juvenil a pastoral da alegria e da esperança, que transmite a mensagem gozosa

da salvação num mundo muitas vezes triste, oprimido e desesperado em busca da sua libertação" (5).

Sei muito bem que procurais exercer este ministério evangelizador em contacto estreito com os fiéis e seguindo de perto as circunstâncias concretas ambientais em que se desenrola a sua vida de cristãos. Isso faz-vos testemunhas de não poucas situações penosas, que derivam da falta de formação moral e religiosa, de cultura e de trabalho, e ainda de condições lamentáveis de injustiça, que vão aumentando a distância entre quem possui excessivamente e quem carece do essencial.

Em vista disto, não deixeis de fazer tudo o que vos for possível em favor de uma formação integral das pessoas, prestando toda a atenção que é devida à dimensão social que deve também estar presente no vosso ministério; com essa fina sensibilidade que hoje em dia caracteriza muita gente, sobretudo jovens, desejosos de verem implantado um sistema de relações sociais muito mais justas.

Partindo duma grande finalidade ao Evangelho e com uma clara noção do que é a missão específica da Igreja, sede — com o vosso ensino e as vossas obras, com o conforto dado aos vossos colaboradores — promotores eficazes de autêntica justiça em todos os campos, de acordo com as regras fixadas pela Igreja em todos os seus documentos de doutrina social.

Irmãos bem amados: confortados com a minha palavra e apoio, continuai a vossa missão, e levari a todos os membros das vossas respectivas Igrejas o afecto e a bênção do Papa. E com ela, o desejo de paz, de alegria e de esperança na fidelidade a Cristo, o Salvador.

- 1) *Catechesi Tradendae*, 65.
- 2) Documento de Puebla, n. 1145.
- 3) JOÃO PAULO II, Homília no último dia do ano de 1978, n. 2.
- 4) *Catechesi Tradendae*, 49.
- 5) III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, n. 1205.



### Dos Bispos do México

# A religiosidade do vosso povo é bom auspício à difusão do Evangelho

João Paulo II recebeu na tarde de terça-feira 30 de Outubro, um grupo de Bispos do México em visita "ad limina Apostolorum", acompanhados pelo Cardeal José Salazar López, Arcebispo de Guadalajara e Presidente da Conferência Episcopal.

Depois de ter escutado uma devota saudação de homenagem, proferida pelo Cardeal, João Paulo II dirigiu a esses Bispos o seguinte discurso:

#### Senhor Cardeal, queridos Irmãos no Episcopado

1. Bem-vindos sejais a este encontro, ponto culminante da vossa visita à sé dos Apóstolos Pedro e Paulo.

Em espírito de fé, empreendestes a vossa peregrinação até Roma, com o vivo desejo de reforçar a vossa comunhão com o Pastor de toda a Igreja, e fazê-lo participante dos vossos êxitos, propósitos e esperanças, assim como das dificuldades e obstáculos no caminho diário do serviço apostólico às vossas comunidades eclesiais.

Obrigado por esta especial alegria que me traz a vossa visita. Sim, porque através dos vossos rostos que bem conheço, das confidências recebidas dos vossos corações de Pastores e, mais imediatamente, através das expressivas e sentidas palavras que acaba de pronunciar em nome de todos, o Presidente da vossa Conferência Episcopal, o Senhor Cardeal-Arcebispo de Guadalajara, tornam-

-se-me presentes, junto de vós, as imensas multidões dos vossos fiéis — que representam quase metade da Igreja no vosso País — e de todo o querido povo do México, com o qual passei dias inesquecíveis na minha primeira viagem apostólica, que prossegue ocupando na minha memória e no meu coração um lugar muito destacado.

Queria que a sintonia de sentimentos, que se criou naquelas minhas jornadas mexicanas, e a abundante semente evangélica depositada dessem o seu melhor fruto e realização num crescente aprofundamento da fé e da vida cristã na vossa Pátria.

2. Tudo isto requer de vós, ajudados por quantos colaboram na missão apostólica, uma perseverante e sistemática obra de evangelização a todos os níveis, para que receba cada membro das vossas comunidades a Boa Nova da salvação, desenvolva de modo cada vez mais consciente e pessoal a fé recebida, e chegue à plenitude da vida em Cristo. Tarefa ampla, urgente, mas nobilíssima e meritória, na qual me alegra encontrar o espírito de ajuda mútua que reina entre as vossas Igrejas particulares, com adequadas planificações pastorais a nível regional e com a assistência recíproca entre dioceses, que podem socorrer as mais necessitadas em meios e sobretudo em agentes qualificados de evangelização.

Vós, que vindes de terras que ligaram estreitamente o seu nome com tão valiosos documentos sobre a evangelização, não necessitais que me alongue muito sobre este ponto, no qual vos sei comprometidos com todas as vossas forças e convicção. Permiti-me, contudo, que vos estimule uma vez mais no desempenho dessa grave responsabilidade eclesial, para que a Igreja cumpra fielmente a sua missão, e desejando ser sempre "boa mãe, cuide das almas em todas as necessidades, anunciando o Evangelho, administrando os Sacramentos, salvaguardando a vida das famílias mediante o sacramento do Matrimónio, reunindo a todos na comunidade eucarística por meio do Santo Sacramento do altar, acompanhando-os amorosamente desde o berço até à entrada na eternidade" (1).

3. Como ponto de partida que vos facilitará muito o vosso trabalho, podeis contar com a profunda religiosidade do vosso povo, que de tantas formas a evidencia. Ele, apesar das lacunas que apresenta, oferece um campo bem disposto à recepção do Evangelho que há que saber valorizar e aproveitar com oportuna disponibilidade.

Naqueles casos em que a fé cristã se apresenta misturada com formas menos perfeitas de religiosidade popular, impõe-se um prudente critério pastoral, para não apagar a fé mais ou menos autêntica, mas — partindo dela — purificá-la, robustecê-la e inte-



## Documentos do Episcopado

# Um ano de Pontificado ao serviço da Igreja e do Mundo

Homilia de Sua Em.cia o Senhor Cardeal António Ribeiro, Patriarca de Lisboa (Sé Patriarcal, 22 de Outubro de 1979)

1. Ao passar o primeiro aniversário sobre a data da eleição de Sua Santidade o Papa João Paulo II, estamos reunidos nesta Sé Patriarcal de Lisboa, para festivamente celebrarmos o acontecimento.

Poderão ser diversas as razões e plurais os motivos que aqui nos trouxeram. Descubro, todavia, um que a todos nos irmana e congrega à volta deste altar, ou seja, o propósito de render homenagem pública à pessoa do actual Romano Pontífice. Bastou, com efeito, um ano de exercício do Supremo Pontificado para que João Paulo II se agigantasse aos olhos do mundo inteiro e merecesse a consideração, o respeito e a estima de todos os homens de boa vontade.

## A humanidade do Papa

2. De facto, quem despido de preconceitos olha para o Papa actual não pode ficar indiferente aos traços mais salientes da sua personalidade exemplar. Avultam nela uma extraordinária solidez de pensamento, simultaneamente ancorado na tradição cultural e aberto a novas aquisições do mundo contemporâneo; uma admirável determinação da vontade, que não recusa fazer e dizer quanto importa seja dito e feito, mesmo contra as opiniões correntes deformadas e o arpejo da sensibilidade periféricas; uma notória capacidade de acção, capaz de mobilizar as consciências adormecidas e de infundir ânimo nos espíritos corroidos pelo desalento.

Num só ano de Pontificado, João Paulo II prolongou as peregrinações pastorais de seus mais próximos predecessores, dos quais herdara o nome, disposto como eles a testemunhar perante o mundo a vitalidade perene do Evangelho. Foi à Polónia, sua terra natal, para ali confir-

## A grandeza da fraternidade e do serviço

3. Nesta singular grandeza da fraternidade e do serviço, está certamente o segredo do ministério que envolve a pessoa do Papa e a resposta àquela pergunta que um semanário irlandês colocava em primeira página: "João Paulo II: que espécie de homem é este?".

O Papa avulta pelas dimensões da sua fraternidade. E é vê-lo entre a multidão que lhe estende os braços e à qual ele abre o coração. E é vê-lo a falar aos jovens e a dizer-lhes que "este é um momento maravilhoso na História da Igreja; é um tempo maravilhoso para ser sacerdote, religioso ou missionário de Cristo". E vê-lo erguer ao alto as crianças que dele se aproximam, transmitindo assim aos mais velhos uma esperança firme no mundo de amanhã.

O Papa avulta pela projecção do seu serviço, que é o serviço da Igreja, de Jesus Cristo e da humanidade em geral. Os gestos, as iniciativas e as palavras de João Paulo II evidenciam o propósito de continuar a aplicação integral do Concílio Vaticano II, esse "marco milénio da História milenária da Igreja e, em reflexo, da História religiosa e cultural do Mundo". O Papa sabe e afirma que só uma Igreja profundamente unida na sua vida interna, onde o pluralismo das experiências e a diversidade dos dons e funções não sejam motivo de divisão e de conflito, mas antes de crescimento na comunhão e de enriquecimento mútuo, só essa Igreja pode apresentar-se ao mundo como sinal inteligível e eficaz da comunhão dos homens entre si e com Deus, como fermento de justiça e de paz num mundo lacerado e dividido.

O Papa conhece e afirma que a Igreja tem de estar centrada em Cristo, seu único Senhor e Mestre. "A Igreja da nossa época — escreve na encíclica *Redemptor hominis* — deve concentrar-se e reunir-se à volta do mistério de Cristo, haurindo dele a luz e a força indispensáveis à sua própria missão".

Concentrada em Jesus Cristo, a Igreja estará simultaneamente dirigida e aberta para o homem. A Igreja é, por natureza, caminho para Cristo e caminho para o homem, abertura a Cristo e abertura ao homem, serviço de Cristo e serviço do homem. Por isso, João Paulo II afir-

mar os irmãos na fé e dizer às nações quanto importa respeitar os direitos de Deus, da consciência e da prática religiosa. Foi à República Dominicana e ao México, para de lá proclamar a todos os países da América Latina que a única realização total da humanidade nova só encontra modelo adequado em Jesus Cristo, Salvador. Foi à Irlanda, a ilha dos santos, dos monges e dos missionários, para lhe testemunhar o apreço e a gratidão da Igreja universal, e repetir ao mundo todo que a violência jamais será caminho da paz ou fonte de reconciliação. Foi aos Estados Unidos da América do Norte, uma das nações mais jovens, dinâmicas e poderosas do globo, para ali sublinhar que a técnica, a riqueza, o desenvolvimento e o consumismo podem escravizar e até destruir o homem, se não se abrirem a uma solidariedade universal, dirigida particularmente em favor dos mais pobres e carecidos.

João Paulo II foi, por fim, às Nações Unidas para levar a todos os povos da terra uma mensagem de respeito ao homem e à vida, uma mensagem de paz e de fraternidade. Escreve um jornalista que "o Bispo de Roma e de toda a Igreja apresentou-se perante a face das nações para ampliar e erguer o horizonte do homem, para o chamar à esperança, para lhe urgir a solidariedade, para lhe falar de Deus". E o mesmo jornalista conclui assim: "Líder de milhões de crentes entre os líderes de todos os países, (o Papa) compareceu na tribuna mais alta que os homens hoje têm. Outros passam pelo mesmo estrado, em razão da potência que são. O Papa estava ali, de pé, merecendo a força moral que representa. E, num momento, fez-nos compreender que nem tudo é poder e domínio, que existe também a grandeza da fraternidade e do serviço".

mava em Varsóvia: "Cristo é a chave de compreensão daquela grande e fundamental realidade que é o homem. Com efeito, sem Cristo não é possível compreender o homem até ao fundo. Não se percebe quem ele é, nem qual a sua verdadeira dignidade, nem a sua vocação, nem o seu destino". Por isso ainda, a Igreja tem de conservar-se livre, diante dos sistemas, das forças e dos poderes do mundo; livre para optar unicamente por Cristo e pelo homem.

## Vigário de Jesus Cristo e Pastor universal

4. É grande a figura do Papa João Paulo II, vista simplesmente à luz natural do mundo. Mas é maior, muito maior, para quem a vê à luz da fé, que vem de Deus.

Os cristãos — ou seja, os que na realidade confiam em Jesus Cristo e aderem à Sua Palavra — descobrem no Papa aquele a quem o Mestre entregou o encargo de ser pedra basilar da construção da Igreja, vínculo de unidade e de comunhão eclesial, fonte de caridade e princípio dinâmico de crescimento (cfr. Mt. 16, 18); aquele a quem o Senhor cometeu a missão de confirmar os irmãos na fé (cfr. Lc. 22, 23); aquele que pelo mesmo Senhor e Mestre foi constituído Pastor universal de todo o rebanho (cfr. Jo. 21, 15-17).

Estas realidades de fé dizem-nos, ao mesmo tempo, que nenhuma pessoa ou grupo é Igreja de Jesus Cristo fora da união ao Papa, Sucessor de Pedro, contra o Magistério autêntico da sua Catedral de verdade, longe do aprisco de que ele é supremo Pastor na terra.

Motivo de particular relevância têm, pois, os cristãos para prestarem ao Santo Padre a veneração, o afecto e a obediência filial que a fé impõe. Motivos de sobre todos nós, hoje, para dar graças a Deus, na eucaristia que estamos a celebrar, pelo actual Pontífice concedido à Igreja.

Peçamos também ao Senhor que sempre o conforte, proteja e guarde, para benefício da mesma Igreja e do Mundo inteiro.



## As Misericórdias expressão de cristianismo verdadeiro

Homilia do Senhor Cardeal-Patriarca de Lisboa, na missa inaugural da I Jornada Luso-Brasileira das Misericórdias (Sé Patriarcal, 21 de Outubro de 1979)

1. Quiseram os participantes na I Jornada Luso-Brasileira das Misericórdias iniciar os seus trabalhos com um acto religioso celebrado nesta Sé Patriarcal de Lisboa. Agradeço-lhes a presença tão numerosa e significativa. Desde a primeira hora, quero saudá-los a todos, brasileiros e portugueses, aqui irmanados no mesmo ideal cristão e na mesma determinação de, cada vez mais, servirem, defenderem e prestigiarem as Misericórdias do Brasil e de Portugal.

Seja-me, porém, consentido envolver particularmente, nesta saudação cordial, os irmãos brasileiros. Os laços históricos que unem a Sé de Lisboa à Igreja no Brasil são garantia segura de que não de sentir-se aqui como na própria casa.

Começam estas Jornadas, dentro da velha Catedral lisboense, cujas pedras, batidas pelos séculos, têm sido testemunhas de tantas e tantas horas altas de epopeia cristã. Entre essas horas, uma das mais gloriosas foi por certo a da instituição da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, paradigma fecundo de todas as demais Misericórdias criadas em Portugal, no Brasil e noutras paragens longínquas, onde o espírito português difundiu a fé católica e deu a conhecer a civilização do Ocidente.

Foi de facto neste templo secular, na capela sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade, que, em 15 de Agosto de 1498, se realizou, com solenidade litúrgica, a cerimónia da fundação da primeira Misericórdia, durante a regência da rainha Dona Leonor, por se encontrar ausente em Espanha o rei D. Manuel. Erecta canonicamente pelo Prelado de Lisboa, D. Martinho da Costa, logo a Santa Casa iniciou os seus passos, como irmandade ou confraria, propondo-se praticar todas as obras de misericórdia, espirituais e corporais, e promover o culto a Deus e à Virgem da Misericórdia.

## O carácter cristão das Misericórdias

2. A Santa Casa de Lisboa e todas as outras suas irmãs foram, pois, constituídas como irmandades ou confrarias. E isto significa que nasceram da Igreja e na Igreja para o serviço evangélico do Mundo. Marcam-lhes a fisionomia, desde a origem, uma estrutura e um sentido verdadeiramente cristãos. Surgiram sob o impulso de uma rainha cristã, numa época de fé intensa e num país que, desde as origens, anda associado à expansão missionária do Evangelho de Jesus Cristo. As Misericórdias só poderiam ter nascido cristãs. Aliás, a sua erecção canónica, os seus compromissos e as suas actividades vieram provar sobejamente, na teoria e na prática, esta segura realidade histórica.

Apesar das vicissitudes dos tempos e dos desvarios dos homens, as Misericórdias, na sua maioria esmagadora, têm sabido manter-se fiéis, através dos séculos, ao carácter essencial de irmandades e confrarias, que desde o começo se enobrecem. Uma ou outra surgida de modo diferente não deveria, em rigor, denominar-se Santa Casa da Misericórdia, visto faltar-lhe a característica fundamental que, desde sempre, distinguiu estas beneméritas e famosas instituições.

## A actualidade das Misericórdias

3. Há quem diga que as Misericórdias perderam hoje actualidade e razão de ser. Invocam-se, em favor desta tese, sobretudo três ordens de argumentos, cada um a mais falaz e enganadora. As Misericórdias estariam agora ultrapassadas, porque continuam a oferecer por caridade o que é devido por justiça, porque invadem o papel do Estado moderno ao qual compete proporcionar a todos os cidadãos os meios necessários e eficazes de assistência e segurança social, porque finalmente contrariam a organização de um serviço nacional de saúde como as circunstâncias actuais exigem.

Seja-me permitido responder brevemente a estas afirmações, susceptíveis de contaminar uma opinião pública desprevenida e mal informada.

Certo é que a palavra caridade sofreu, mesmo entre alguns cristãos, uma notável desvalorização nos últimos tempos. Mais do que de caridade, preferem os homens de hoje falar de justiça e de observância de direitos humanos fundamentais. Nem há nisso mal algum, se o facto significa maior consciência das gritantes necessidades de muitas pessoas e constitui prelúdio de acções concretas que adequadamente lhes respondam.

Urge, todavia, repor a palavra e o conceito cristão de caridade na sua dimensão autêntica primordial. Não é, decerto, caridade cristã dar por esmola o que se deve por justiça, nem oferecer o que sobra para sujeitar quem recebe, nem ir ao encontro dos que precisam para provocar o aplauso dos espectadores. A caridade é amor puro, oferta desinteressada, oblação não egoísta. E esta caridade não existe se lhe falta a justiça ou retarda a sua efectivação.

As Misericórdias, porém, situam-se exactamente aqui. Elas dão e oferecem quando outros o não fazem, não para serem vistas e elogiadas, mas por imperativo do amor fonte que, do coração de Jesus Cristo, passa a cada um dos seus discípulos. E o Filho do Homem — assim dizia o trecho evangélico há instantes proclamado — não veio para ser servido, veio para servir e dar a vida como resgate pela multidão.

Este "dar a vida", este amor puro e oblativo não pode sofrer a corrosão dos tempos. Ele é a alma da justiça, é a garantia do humanismo verdadeiro, é a primeira necessidade de hoje como foi a de ontem, é perene como o Evangelho donde dimana. E o direito de assim fazer caridade pertence à esfera das liberdades essenciais, que ninguém pode suprimir ou coarctar. Disse-o claramente o Papa João Paulo II quando, num recente discurso aos Juristas Católicos Italianos, afirmou: "Num Estado moderno que deseje ser democrático, a liberdade da assistência entra na mais ampla exposição dos direitos do homem, das liberdades civis e da própria liberdade religiosa". Daqui se conclui que impedir os cristãos de dar testemunho da caridade, nos sectores da assistência e da segurança social, é atentar contra as liberdades essenciais, é ferir a própria liberdade religiosa. Mais



